ENCONTRO COM A HISTÓRIA

Ernestosilva, a coragem de cumprir a lei

Quando o engenheiro José Ferreira de Castro Chaves - o Juca Chaves trouxe seu amigo Rubem Braga a Brasilia, de volta ao Rio de Janeiro ele escreveu uma crônica dando not.icia do clima febril de construção. Apesar das restrições que fazia a Israel Pinheiro, não deixou de lhe fazer justica e o considerou "o motor de arranque da cons-

Na manhã do dia 7 de abril, estávamos no Hospital da L-2 Sul, diante da "caixa de voltagem" do motor que construiu Brasília.

O pediatra Ernesto Silva nos atendera prontamente.

Diante de nós repórteres, estava um dos homens que ousaram criar condições para que se cumprisse o estipulado na primeira Constituição Republicana: o da construção e transferência da Capital da República para o interior do Brasil.

A vulgarização de determinados folclores políticos assegurou-nos o conhecimento de que o Marechal Eurico Gaspar Dutra sempre perguntava pelo "livrinho" - A Constituição - e, dizem, se estivesse no "livrinho", ele cumpria. Assim o fez quando, em novembro de 1946, criou a "Comissão de Estudos para localização da Nova Capital do Brasil", chefiada pelo General Djalma Polli Goelho.

No dia 21 de agosto de 1948, Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso Nacional a mensagem nº 293 contendo os estudos para a localizacão da Pessoa essas manobras, e. incontinenti, o Marechal nomeou os engenheiros Raul Pena Firme, José de Oliveira Reis e Júlio Reis para comporem a Comissão e agilizarem os trabalhos. Estava vencida a grande luta contra o tempo.

No dia 13 de abril de 1955 realizava-se a reunião histórica e decisiva que escolheu o sitio levantado pela Missão Polli Coelho.

Seguiu-se a segunda grande batalha da qual Ernesto Silva foi umdos protagonistas. Café Filho relutou em assinar o decreto de desapropriação das terras abrangidas pelo sitio escolhido, isto no dia 28 de abril de 1955. No dia seguinte, 29, o Marechal Pessoa solicitou um avião ao Ministro da Aeronáutica e viajou para Goiânia.

Ernesto Silva conta: "A 30 de abril, sem qualquer demora, partimos para o Planalto Central, a fim de solicitar do Governador de Goiás a medida negada pelo Governo Federal.

À tarde do dia trinta de abril, mantivemos uma reservadissima reunião com o então Governador de Goiás. José Ludovico de Almeida: só nós três discutimos inicialmente o assunto. O marechal apelou para o Governador para que o Estado de Goiás declarasse, através de decreto governamental, de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as terras situadas dentro do perimetro do futuro Distrito Federal. Então, o Governador Ludovico de Almeida convidou seus assessores mais íntimos para jantar: estavam presentes vários desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, além de outros advogados. Após o jantar, eles se reuniram para que fosse encontrada a solução.

Eram 21 horas do dia 30 de abril de 1955. O marechal não estava bem de saúde e o aconselhamos que fosse repousar. Assumimos o compromisso de acompanhar todos os debates até a decisão final. Dessa forma, entre o Governador e quase uma dezena de advogados, juízes e desembargadores, assistimos aos debates em torno da fórmula a ser sugerida para a elaboração do decreto executivo. A reunião terminou cerca das três horas da manhã. Ficara combinado que, no dia seguinte, 1º de Maio, seria elaborado definitivamente e assinado, de surpresa, o decreto salvador.

Já às sete da manhã, o marechal estava pronto para uma viagem ao sítio da nova capital. Aterrissamos em Planaltina, percorremos toda a região e, às duas da tarde, voltamos a Goiânia.

O decreto já estava pronto. Apesar de ter sido assinado a 1º de Maio, foi datado de 30 de abril, por sugestão de alguns colaboradores do Governo, por receio de que membros da oposição julgassem

nulo ato assinado em dia feriado. À noite, em belissima reunião

realizada no Patácio das Esmeral-

das, convidadas todas as classes sociais de Goiânia, o Governador leu o decreto, através do qual todo o Brasil tomou conhecimento dos limites definitivos do Novo Distrito

A indecisão do Presidente Café Filho transferiu tal glória ao Governador José Ludovico de Almeida"

No dia 7 de junho de 1956, após Juscelino Kubitschek aceitar o pedido de demissão do marechal Pessoa à frente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital, Ernesto Silva era nomeado para presidir a Comissão em substituição ao marechal.

Imediatamente - no dia 29 de junho - prepara o Edital para o Concurso do Plano Piloto, vencido pelo arquiteto Lúcio Costa.

Ninguém melhor definiu Ernesto Silva do que a Irmã Olga do Nascimento Monteiro em seu depoimento: 'O doutor Israel Pinheiro era o capataz, o feitor, de engenheiros e trabalhadores, e o doutor Ernesto foi aquele que desde o inicio procurou humanizar a construção de

lhamos na edificação dessa cidade

foramdestruidos. Não se preserva-

Essa humanização, ele a vê assim: "eu vejo a cidade como um pólo de desenvolvimento de todo o Brasil. É uma cidade que na realidade cresceu além do que previramos, desordenadamente - em termos, não é? - e está assumindo o seu papel de acelerador do desenvolvimento econômico no interior do Brasil. Mesmo com alguns defeitos no seu desenvolvimento - por não terem respeitado, alguns administradores de Brasilia, aqueles planos iniciais, urbanisticos, que orientam o desenvolvimento de uma cidade, tais como um sistema médico-hospitalar, educacional, social, agrícola, acho que Brasilia foi produtiva para o Brasil".

Respondendo a nossa indagação sobre os desafios enfrentados por Brasilia no campo social, politico e econômico, respondeu Ernesto Silva: "O político - tenho a impressão que Brasilia já passou por uma série de contratempos políticos. Houve presidentes, ministros, que queriam retransferir a capital para o Rio de Janeiro, como foi o caso do Presidente Jânio Quadros, João Goulart. Tivemos ministros que teimavam em não morar aqui - como foi o ministro Delfim Netto em sua primeira fase. Houve também o fechamento do Congresso em 1968, que muito prejudicou a cidade. Mas. hoje, acho que Brasília está estabilizada politicamente.

Na parte econômica, defendo a ideia de que Brasília é um Distrito Federal. Logo, ela não pode se auto-abastecer. Não pode se autoadministrar. Tem que receber o auxilio do Governo Federal, isso porque faz parte do território administrado pelo Governo Federal.

Muita gente advoga a vinda de indústrias para Brasilia, a fim de captar recursos, mas o governo local não tem necessidade disso, porque quem deve gerar esses recursos é o Governo Federal. A cidade foi construída para ser a sede políticoadministrativa, e não, uma cidade industrial, comercial.

Temos, naturalmente, uma indústria de transformação e um comércio necessário, mas a cidade não pode ser um pólo industrial. E, se assim o fizerem, isso tiraria todas as características de Brasilia.

Do ponto de vista social, verificamos que Brasilia, principalmente o Plano Piloto, pelo seu traçado, através de clubes de unidade e vizinhança, é uma cidade muito confortável, harmoniosa e aconchegan-

Nós, naturalmente, não previamos - e nisso houve um pouco de erro esse crescimento desmesurado da cidade.

A cidade foi concebida para uma população - no Plano Piloto - de no máximo 600 mil habitantes, partir daí, criariamos as cidades-satélites que fossem necessárias ao desenvolvimento da cidade.

Deu-se o contrário. Criamos as cidades-satélites e transformamos as cidades- satélites em dormitórios, e hoje em dia, o que vemos aqui, é o que existe nas grandes cidades. É o povo humilde, pobre,



Ernesto Silva, um pediatra determinado a obedecer à Constituição

ram as primeiras ferramentas usadas na construção. Derrubaram a primeira igreja e em seu lugar fizeram uma de cimento. Isto è um desapreço àcidade ou um ódio a quem construiu Brasilia".

Brasilia

À medida que falava da preservação da história da Capital da República, Ernesto Silva demonstrou claramente sua irritação contra a falta de critérios. "Isso conduz ao que estamos assistindo. O surgimento de museus particulares. Veja por exemplo o caso do RP-2. O Sebastião Camargo comprou a residência presidencial e levou para a sua mansão. A NOVACAP deve convencê-lo que seus descendentes poderão não ter a mesma vontade de preservação, e de que o RP-2 é patrimônio de todos, e comprá-lo de volta, instalando-o onde originalmente foi edificado".

Ernesto Silva manifestou-se contra a representação política para Brasília. Segundo ele, "Brasília é um Distrito Federal, não cabe aqui uma Câmara de Vereadores. Sou a favor de uma representação comunitária, que não seja imposta pelo-Governo. O povo se organizaria e representaria os seus interesses junto ao Prefeito. O povo indicaria os seus representantes, aqueles de sua confiança, que seriam os seus prefeitos de quadras. Ai você agrupa quatro prefeitos ou síndicos de uma Unidade de Vizinhança, e estará constituído um Centro Comunitário. Com isso a comunidade participaria diretamente na solução dos seus interesses e problemas, pois nem sempre o que o Governo acha que seja bom para o povo, ele - o povo - acha que seja de seu interes-

Sempre o que atrapalha é a autoridade, quer seja pelo paternalismo, quer pela burocracia". Esse modelo de participação comunitária, para mim, é democracia". Assim pensa um homem que em três décadas preparou o terreno para que os pioneiros plantassem cidades no cora-

cão do Brasil.